

Os gastos que elevam as taxas aos céus

SERGIO FADUL

Os estados e municípios continuam sendo grandes sorvedores de dinheiro, embora encurralados por elevadas taxas de juros, que engordam suas dívidas e aumentam o déficit público. Empréstimos a título de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) têm sido feitos com frequência nos bancos privados a juros nominais em torno de 6% ao mês, ou seja 101% ao ano, praticamente o dobro das taxas pagas nas dívidas em títulos que circulam no mercado financeiro.

Dados levantados pelo economista e sócio da MCM Consultores, Alvaro Manoel, mostram que os estados foram responsáveis por 2,5 pontos percentuais, o governo federal por 0,4 e as empresas estatais por 0,3, dos 3,3% de déficit público em relação ao PIB, entre janeiro e agosto deste ano. Descontando-se a carga das taxas de juros os números revelam que, no mesmo período, a arrecadação superou os gastos em 1,6%, sendo que o governo federal teve um superávit de 1,5% enquanto os estados e municípios apresentaram déficit primário de 0,4%.

Sinal de alerta — “Essa situação acende um sinal de alerta para o Plano Real. O perigo reside no crescimento do déficit primário. As altas taxas de juros são um agravante”, afirma. Ele acrescenta que apesar de não se ter informações sobre os gastos dos estados é possível ter uma noção da ganância quando se observa que as principais fontes de arrecadação apresentaram aumento e mesmo assim as despesas continuam superando a receita.

Para se ter uma idéia do grau de crescimento nos gastos dos estados, a arrecadação de ICMS — maior fonte de receita dos estados industrializados — cresceu 33%, já descontada a inflação medida pelo IGP, nos primeiros oito meses do ano. No caso do fundo de participação dos estados e municípios, que repassa 43% da receita federal de IPI, o crescimento real da arrecadação foi de 27%.

O economista e ex-diretor de Dívida Pública do Banco Central (BC) Carlos Thadeu de Freitas Gomes condena a troca dos títulos da dívida dos estados por papéis do governo. “Isto vem sendo feito independente de um ajuste nos estados”, diz. A troca dos títulos dos estados por papéis do governo, acrescenta, faz sentido apenas para minimizar o custo dessa dívida, mas de nada adianta se os gastos superam a arrecadação.

A explicação para o crescimento desenfreado dos gastos dos estados na análise do economista da MCM extrapola o problema da dívida que é rolada no mercado financeiro e aumenta como uma bola de neve devido aos juros. “Em 1994, não

houve uma ampliação das dívidas dos estados porque estes ficam proibidos de pegar dinheiro nos bancos por seis meses em anos de eleições. Isto atrasou pagamentos que estão sendo compensados agora”, afirma Alvaro Manoel.

Além disso, a folha de pagamento do funcionalismo público aumenta naturalmente 3% ao ano devido à estrutura de adicionais e mudanças de faixas incorporadas aos salários. O economista atribui ainda o aumento das despesas públicas à criação nos últimos anos de mais de mil novos municípios que ampliaram os quadros de funcionários do legislativo e do judiciário.

Para cada novo município cria-se uma câmara de vereadores é preciso um juiz, um delegado, e assim por diante.

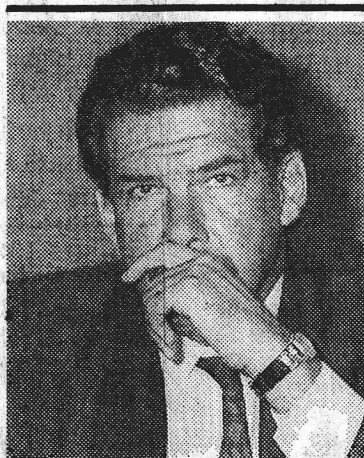
Esta situação das finanças dos estados e municípios está sendo absorvida pelo governo que continua amargando a conta em uma operação batizada pelos economistas de transfusão monetária. Os efeitos dessa situação comprometem não só o ajuste fiscal, como torna essencial a reforma administrativa e co-

locam em risco a idéia de utilizar os recursos da privatização para pagar a dívida pública.

Privatização — “Quanto antes se vender as empresas públicas e abater a dívida melhor porque, além de reduzir o peso das taxas de juros, cria uma folga no orçamento do governo. Toda vez que uma estatal pega um financiamento aumenta o déficit público”, alerta Alvaro Manoel. Ele assinala que o dinheiro arrecadado na privatização pode e deve ser usado para abater a dívida pública. “A privatização deve entrar numa fase mais operacional em 1996. O importante é que o processo está acontecendo, se for mais veloz melhor”, diz o economista.

Carlos Thadeu acredita que ainda está em tempo de usar os recursos da privatização para pagar a dívida pública antes que as taxas de juros a tornem tão alta que o dinheiro arrecadado na venda das estatais tenha um resultado inexpressivo. “O que gera medo é a velocidade que esse processo está andando e a falta de um ajuste”, diz Carlos Thadeu.

Juros menores — No próximo ano, acreditam os economistas, o governo terá condições de trabalhar com taxas de juros reais bem mais baixas em função da menor entrada de dólares no país que já acumula nível de reservas internacionais satisfatórias. “O Brasil pode até se dar ao luxo de gastar reservas. A única dúvida continua sendo o ajuste fiscal. Este ano o governo se endividou mais do que podia, cenário que não pode se repetir em 1996”, diz Carlos Thadeu.



“Quanto antes se vender as empresas públicas e abater a dívida melhor”

Carlos Thadeu de Freitas Gomes